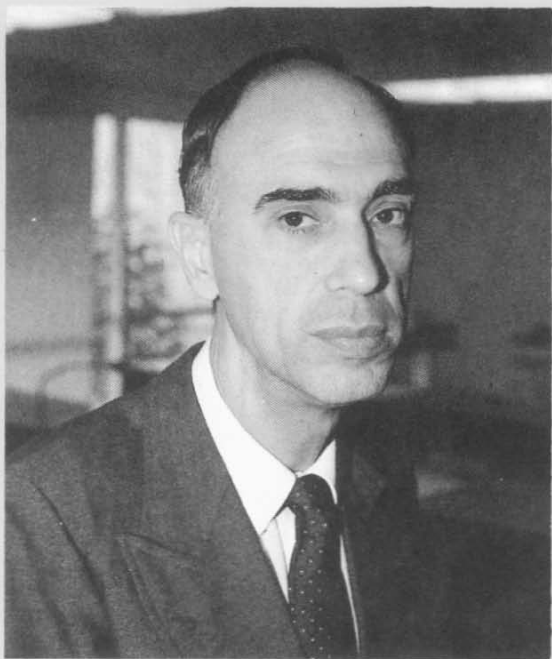


AS LETRAS E A POLÍTICA



MARCO MACIEL

1994

As letras e a política

"O homem público deve ter como qualidades paixão, responsabilidade e senso de proporção."

A política, em sua verdadeira concepção, desconhece fronteira entre o pensar e o agir, sendo a ação antecedida, a rigor, pelas idéias, que se devem compatibilizar num eticismo de conduta que leve a sociedade à satisfação de interesses coletivos. Para exercitá-la, pois, é necessário cada vez mais ter sempre presente um ideário a orientar a ação.

Em seu excelente ensaio sobre Mirabeau, Ortega y Gasset previne: "Não se pretende excluir do político a teoria, a visão puramente intelectual. A ação tem nele que ser precedida de uma prestigiosa contemplação".

E constata pelo exemplo: "César, enquanto atravessava os Alpes em sua liteira, compõe um tratado de analogia, como Mirabeau escreve na prisão uma gramática, e Napoleão, em sua tenda de campanha, sobre a neve russa, o minucioso regulamento do teatro francês. Lamento que a veracidade me obrigue a dizer que não acreditarei jamais no talento de um político de quem não se tenha ouvido coisa parecida. Por quê? Muito simples. Essas criações suplementares e supérfluas são um sintoma inequívoco de que esses homens sentiam fruição intelectual".

Joaquim Aurélio Nabuco de Araújo, a um só tempo político e escritor, adota a mesma linha. Ao discursar, como secretário-geral, na inauguração da Academia Brasileira de Letras, afirma sem reboços: "Eu bem sei que, a política, ou, tomando-a em sua forma mais pura, o espíri-

to público, é inseparável de todas as grandes obras: a política dos faraós reflete-se nas pirâmides tanto quanto a política ateniense no Partenon; o gênio católico da Idade Média está na "Divina Comédia", como o gênio protestante do protetorado está no "Paraíso Perdido", como o gênio da França monárquica está na literatura e no estilo dos séculos XVII e XVIII...". E agrega: "A política, isto é, o sentimento do perigo e da glória, da grandeza ou da queda do país, é uma fonte de inspiração de que se resente, em cada povo, a literatura toda de uma época", mas adverte, com oportunidade, que "para a política pertencer à literatura e entrar na Academia é preciso que ela não seja o seu próprio objeto; que desapareça na criação que produziu, como o mercúrio nos amálgamas de ouro e prata".

Lembro, na mesma direção, De Gaulle, o estrategista, herói e estadista, para quem a básica tarefa do homem de Estado deve ser a de converter "idéias em realidade". Assim é possível ao político aspirar não apenas ao êxito eleitoral – glória efêmera, sucesso que se dissipa rapidamente, quando não olvida a memória coletiva –, mas certamente ao reconhecimento que lhe garante a senão a perpetuidade de seus gestos, pelo menos a perenidade de suas idéias.

Não se deve deixar de proclamar que a presidir todos os gestos do homem público há de estar a permanente convicção de que em política não se pode dispartir idéia e ação, aquela devendo preceder a esta, de sorte que se consiga, com discernimento, ousar colocar os dedos nos raios da roda da história. Somente assim essa atividade, da qual dimana enorme labor, dedicação integral e busca obstinada aos objetivos, poderá merecer a aprovação dos coetâneos e consolidar os valores que balizarão a saga dos pósteros.

Repito, com Roger Garaudy: "A política é reflexão sobre o sentido do homem e como descobrir os meios para obter esse fim. Quero dizer, como dar a cada crian-

ça que carregue dentro de si o gênio de Mozart as condições para ser um Mozart".

Ainda que a "Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão" – já se disse ironicamente – tenha olvidado de assegurar o direito de se contradizer, não creio ser possível em política, prática de rígida coerência em se tratando de realidades extremamente cambiantes. Não deve haver, porém, conflito entre dizer e fazer, pois de outra forma se retiraria do discurso toda a autenticidade de seu conteúdo. "Suprimida a palavra, o que se torna a voz?", indaga Santo Agostinho em um sermão sobre São João. "Esvaziada de sentido, é apenas um ruído. A voz sem palavras ressoa no ouvido, mas não alimenta o coração". É o que também ensina a sabedoria do Velho Testamento, imersa no Eclesiástico: "O fruto revela como foi cultivada a árvore; assim, a palavra mostra o coração do homem... Pois é no falar que o homem se revela".

Não deve haver, portanto, conflito entre política e cultura, como não se pode tornar dissímil pensamento e ação, mesmo porque não há entre intelectuais e políticos como compartimentar atitudes que se voltam ao aprimoramento da vida social e da conduta cívica.

O ato político se inicia no reino das consciências e seu debate se prolonga no espaço vivo das sociedades livres, que almejamos cada vez mais democráticas e participativas, edificadas com o cimento da ética.

Assim perfilho a observação de Max Weber, inscrita em famoso ensaio, de que há três qualidades determinantes no homem público: paixão, no sentido de propósito a realizar, isto é, devoção a uma "causa"; sentimento de responsabilidade, que o impele a colocar-se a serviço dessa causa como estrela polar determinante de sua atividade; e sobretudo – esse é o ponto que gostaria de frisar – senso de proporção, característica psicológica fundamental do político. Quer isso expressar, assinala Weber, que o político deve ter a faculdade de permitir que os fatos ajam sobre si no recolhimento e na calma

interior do espírito, sabendo, por conseguinte, manter à distância os homens e as coisas.

Por lançar suas raízes na experiência humana global, a política tem, por isso mesmo, como ponto de referência, a realidade em toda extensão. Daí a importância de uma postura reflexiva – ou de "recolhimento interior", para usar a expressão de Max Weber –, que permita a observar os fatos em todas as suas dimensões: econômicas, sociais, culturais, éticas e religiosas. Somente assim será possível compreender a política em sua integralidade e praticá-la como atitude em face da vida e do mundo a exigir a total doação à causa que se abraça.

Marco Maciel é advogado, formado pela tradicional Faculdade de Direito do Recife.

Presidiu o Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Pernambuco e a União dos Estudantes de Pernambuco.

Professor de Direito Internacional Público, tem ministrado aulas em diversas escolas de ensino superior do País. Fez curso de extensão sobre instituições americanas em Harvard.

Secretário de Estado de Pernambuco, Deputado Estadual e Líder do Governo na Assembléia Legislativa.

Deputado Federal em dois mandatos. Presidiu a Câmara dos Deputados.

Governador do Estado de Pernambuco.

Senador em dois mandatos. Ministro de Estado da Educação e do Gabinete Civil da Presidência da República.

É Líder do Partido da Frente Liberal no Senado Federal.